



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ATA DE REUNIÃO

Assunto da Reunião:
Implantação SIGEP-JT
Data da Reunião:
20/02/2019
Local da Reunião:
Diretoria Geral

Participantes

Nome	Unidade / Entidade	Assinatura
Neiara Santiago Cysne Frota	Diretoria-Geral	
Luiz Carlos Machado	Divisão de Informações Funcionais	
Joarez Dallago	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação	
Francisco Jonathan Rebouças Maia	Divisão de Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação	
Ana Cristina Almeida Pereira Nogueira	Divisão de Pagamento de Pessoal	
Silvia Cássia Saraiva Carneiro	Secretaria de Gestão de Pessoas	
Thais Evangelista Fernandes Brito	Divisão de Pagamento de Pessoal	
Ewerton de Barros Alencar Tavares	Divisão de Sistemas de Tecnologia da Informação e Comunicação	
Ruthenio Bezerra do Carmo	Divisão de Informações Funcionais	



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ATA DE REUNIÃO

Assuntos e Deliberações

Tópico 1

Liberação do SIGEP Online

1. Luiz sugeriu a liberação do SIGEP Online com o bloqueio da visualização de algumas das funcionalidades como a opção de visualização de contracheque em virtude de a folha feita pelo Mentorh e a folha feita pelo Folhaweb não terem valores coincidentes.
2. Jonathan disse que o bloqueio do acesso se dará via infraestrutura e não por dentro do sistema, sendo que quando o usuário tentar acessar o link aquele será direcionado para uma página que dirá “funcionalidade ainda não liberada”.
3. Luiz disse que no caso de o bloqueio falhar, há o risco de o servidor visualizar o contracheque incorreto.
4. Quanto à marcação de férias, Luiz havia cogitado liberar a marcação pelo SIGEP online para que os gestores fizessem simultaneamente nos dois sistemas, mas essa alternativa foi descartada por conta dos riscos de divergência no cadastro.
5. Liberação do SIGEP online foi aprovada por unanimidade

Tópico 2

Monitorar os registros de inclusão e alteração cadastral no Mentorh e SIGEP

1. Luiz disse que hoje aproximadamente 89% dos registros monitorados estão sendo realizados nos dois sistemas. Frisou que por quanto mais tempo se prolongar o registro em paralelo mais a probabilidade do cadastro no SIGEP estar desalinhado com a realidade que, atualmente, é o Mentorh.
2. Luiz apontou ainda que o lançamento de licenças para tratamento de saúde está com o menor índice de cadastro efetivo nos dois sistemas, sendo essencial que se chegue a 100% de cadastro em paralelo, pois o lançamento de licenças é muito crítico e poder vir a ocasionar sérios problemas no SIGEP, futuramente.
3. Thais indagou se há a possibilidade de se identificar os lançamentos que foram realizados em um sistema e não no outro, através da análise de relatórios de lançamentos das licenças, para que se possa sanear o cadastro.
4. Ewerton disse que há a possibilidade da geração de relatórios com esse nível de detalhamento.
5. Quanto ao cadastro de cursos internos de treinamento, Luiz disse que o SIGEP só entende que o curso foi concluído quando há o flag de encerramento do curso e a Escola Judicial tem como prática somente fechar o curso quando todos os participantes respondem à pesquisa ao final. Para geração do AQ, o Mentorh não é sensível a isso e ele consegue gerar o AQ nessas situações, mas o SIGEP não gera para os participantes que concluíram o curso e enviaram a pesquisa, havendo divergência na geração do AQ nos dois sistemas.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ATA DE REUNIÃO

6. Luiz disse que essa situação de fechamento do curso somente quando todos participantes fizerem o relatório não pode persistir, pois o SIGEP não vai conseguir gerar o AQ para aqueles que efetivamente concluíram, gerando, conseqüentemente, passivos de pagamentos.
7. Com relação ao lançamento das folgas eleitorais nos dois sistemas, Luiz disse que atualmente no Mentorh o abatimento das folgas eleitorais é automática, com base nos registros do sistema de ponto, já gerando o registro do afastamento e descontando do saldo. Frisou que é preciso verificar se no SIGEP há a possibilidade de fazer esse desconto automático através da informação advinda do Sistema de Ponto, caso contrário o lançamento terá que ser feito de forma manual.
8. Jonathan indagou se foi aberto algum chamado a respeito.
9. Ruthenio disse que conversou com o Igor acerca do assunto e acredita que há a possibilidade de o SIGEP conseguir fazer isso automaticamente.

Tópico 3

Substituição de titulares dos cargos/funções comissionadas

1. Ruthenio disse que se verificou divergência nas folhas quanto ao pagamento de substituição e ele identificou que há servidores que são substitutos de mais de uma função. Havendo substituição simultânea de uma função que não gera pagamento e de outra que gera pagamento, o Mentorh não gera pagamento, já o SIGEP considera a substituição que gera pagamento.
2. Entendeu-se que se servidor está substituindo efetivamente as duas funções, faz jus ao pagamento de substituição de função, estando a regra do SIGEP mais acertada.
3. Luiz disse que será aberto chamado OSM para alterar o programa.

Tópico 6

Renovar contrato do Mentorh

1. Luiz disse que o Mentorh foi renovado e o contrato vige até 26 de junho de 2019.
2. Acordou-se que em abril deve ser tomada uma decisão estratégica com relação ao Mentorh em caso de alguma eventualidade na implantação do Folhweb.

Tópico 7

Integração do SIGEP com os demais sistemas

1. Os sistemas PROAD, SGM, Portal de Serviços e Ponto Eletrônico já foram migrados. Estão em homologação o SICOND e Material e Patrimônio. Os próximos sistemas a serem integrados serão Biblioteca Digital, Internet/Intranet, Identidade Funcional e eGestão.
2. Jonathan acredita que até abril esse trabalho de integração deve está concluso.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ATA DE REUNIÃO

Tópico 8

Conferências das rubricas da folha normal

1. Conforme o cronograma de implantação do SIGEP, os 3 ciclos de conferência e lançamentos foram realizados e o percentual de batimentos de matrículas e rubricas está sendo apurado. Foi aberto o Proad 8016/2018 para apresentar a situação atualizada das pendências e dos riscos. A conferência e ajustes permanecerá mensalmente até a implantação em 2019.
2. Ana disse que, segundo relatórios de últimas folhas, o batimento das folhas dos dois sistemas está em torno de 50%.
3. Ewerton disse atualmente se está com dois relatórios de conferência, o bruto/liquido folha a folha e relatório de elemento de despesa. Os ajustes do elemento de despesa foram quase todos feitos.
4. Ana disse que esse relatório decorre da folha feita no folhaweab com as rubricas gerais. Em março, a folha gerada pelo folhaweab será feita com o lançamento de rubricas manuais, quando verificar-se-á a proximidade da folha gerada com a do Mentorh e daí seguir-se-á com a homologação da folha.
5. Ana destacou ainda que outro ponto sensível é o relatório da contabilidade.
6. Joarez disse que a resposta recebida foi que parte das demandas já foi solicitada correção, mas não foi corrigida e outra parte seria encaminhada novamente para o Comitê Nacional. Demonstrou ainda sua preocupação com a demora. Disse que vai reforçar as preocupações do TRT7 quanto ao Folhaweab na próxima reunião do Comitê Nacional, próxima semana em Brasília, mas já salientou seu receio quanto ao trabalho do comitê de classificação de rubricas.
7. Para os regionais, como a 24ª Região, que já implantaram o folha web no mês de fevereiro, acredita-se que eles estejam fazendo uso de rubricas regionais.
8. Ana disse ainda que as próprias rubricas nacionais que já estavam padronizadas não foram implantadas corretamente pela 24ª Região. Disse ainda que foi pedido para que se separassem em duas planilhas as rubricas já validadas pelo conselho e as que estão sendo pedidas para serem atualizadas, Davi está tratando disso.
9. Joarez disse que um dos pontos mais críticos é a demora para se dar definições e responder aos chamados. Os grupos nacionais de folha e negócio não estão conseguindo dar vazão às demandas.
10. Ana disse que em grupos de diretores de folha foi relatado que alguns regionais que estão próximos à implantação definitiva ou rodando em paralelo estão implantando cada um do seu jeito e que isso não constitui um sistema unificado, além de não ser esse o objetivo do TCU.
11. Ana entregou ao Joarez uma lista de *redmines* que foram abertos pelo TRT 7 e não foram



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ATA DE REUNIÃO

solucionados.

12. Joarez disse que o que agrava a situação é que o Comitê Nacional somente delibera e pede para outros regionais fazerem, não tendo o Comitê força de trabalho própria.
13. Joarez disse que as reuniões e deliberações são muito esporádicas e bem abaixo das necessidades do projeto e que a sua posição na reunião do Comitê vai ser de que o próprio TRT 7 vai precisar assumir toda a manutenção do sistema no seu Regional, com exceção das evoluções e correções de *bugs*. O núcleo, cerne do sistema, deve ser mantido como uma única estrutura, mas a geração de folha complementar e rubricas regionais, por exemplo, não tem como ser feita de forma centralizada, pois não há velocidade nos trabalhos.
14. Ewerton apontou que a geração de relatórios como o do TCU terão que ser feitos no próprio regional.
15. Joarez salientou também que a morosidade na geração de relatórios, como o do TCU, feita de forma centralizada nacionalmente tornaria inviável essa geração. Disse entender que os regionais devem ter certa independência como por exemplo na geração de relatórios como o do TCU, geração de folha complementar, cadastro de rubricas regionais. Disse ainda que se este Comitê Gestor Regional optar pelo uso de rubricas regionais deve a deliberação ser feita com antecedência pois os trabalhos demandam tempo.
16. Jonathan disse que se for necessário que o TRT7 crie suas próprias rubricas regionais seria melhor programar logo as rubricas nacionais.
17. Joarez disse que uma das ideias originais era que o regional criasse rubricas e as apresentassem ao Comitê Nacional para homologá-las.
18. Luiz destacou que a partir de junho/2019 o TRT 7 precisará começar a enviar eventos para a base de pré-produção do eSocial.
19. Joarez pediu que este Comitê Gestor Regional elabore um documento manifestando suas preocupações principais quanto à implantação para encaminhar ao Comitê Nacional, solicitando as providências necessárias.

Tópico 9

Sistema de gestão de estágio

1. Luis disse que a principal novidade trazida pelo novo sistema ainda em desenvolvimento seria o supervisor lançar a quantidade de horas que o estagiário trabalhou e as atividades realizadas no dia.
2. Sugeriu-se, em contrapartida, migrar o cadastro de estagiários em abril para o SIGEP, quando da possível implantação do folhaWeb, mantendo o registro da frequência no sistema de ponto, com a geração de duas rubricas regionais de estagiários (bolsa estágio e



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
ATA DE REUNIÃO

auxílio-transporte). Dessa forma, implantar-se-ia o sistema de gestão de estágio, somente após a estabilização da folha e cadastro.

3. Com a migração do cadastro para o SIGEP, o sistema de ponto seria utilizado para verificação da frequência dos estagiários e de suas atividades diárias. Dessa forma, os supervisores devem ser orientados a exigirem dos estagiários que informem no ponto as atividades diárias desempenhadas - semelhante ao que será exigido no sistema da 24ª Região - e ao fim do mês homologuem os registros, a semelhança de como é feito com a justificativa de afastamentos.
4. Com essa nova prática, o relatório do ponto substituirá parte do relatório semestral de atividades desenvolvidas pelos estagiários. Para tanto, o supervisor de estágio deverá imprimir o relatório de ponto com a descrição das atividades e incluí-lo no PROAD relativo à gestão de seus estagiários. Identificou-se ser necessário que a Seção de Gestão de Estágio crie todos os PROADs.
5. Decidiu-se pela geração de folha de teste para homologação com criação de rubricas regionais, para que, em seguida, migre-se definitivamente o cadastro dos estagiários para o SIGEP, sem cadastro em paralelo, e gere-se a folha somente pelo Folhaweб.
6. Aprovado por todos os presentes.

Tópico 10

Simular a geração e conferir arquivos bancários de pagamento de folha

1. Arquivos de folha normal foram aprovados pelos bancos, faltando apenas pequenos ajustes que não são impeditivos do processamento de arquivo. Arquivos de pensão alimentícia estão em homologação.

Tópico 11

Simular e conferir processamento dos arquivos do eConsig

1. Recebimento de arquivo e importação validados, estão sendo validados os arquivos de retorno e valores de margem.

Tópico 12

Elaborar arquivos mensais para o TCU, geração e conferência de arquivos mensais do CNJ e elaboração dos relatórios de transparência, de acordo com Resolução CNJ

1. Luiz salientou sua preocupação quanto a somente esperar um posicionamento do Comitê Nacional de Implantação do SIGEP, sem ter nenhum projeto alternativo na TI, e o Tribunal ficar impossibilitado de enviar o relatório.
2. Jonathan solicitou que esse assunto fosse colocado em documento a ser encaminhado para o Comitê Nacional, requerendo um posicionamento desse. Paralelamente, Jonathan enviou mensagem aos outros diretores de desenvolvimento indagando como estão sendo emitidos esses relatórios pelos outros Regionais.